

## Paisagem e Poder: Construções do Brasil na Ditadura

### Paula Dedecca

Professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Arquiteta e Urbanista formada pela FAU-USP. Mestre e Doutora pela mesma instituição, na área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Foi co-organizadora do livro “Arquitetura e escrita: Relatos do ofício” (2023); e co-curadora das exposições “Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura” (2024) e “IABsp 80 Anos Falando em Público” (2025).

### Victor Próspero

Professor da FAU-USP, no Departamento de História e Estética do Projeto. Doutor pela mesma instituição, realizou pós-doutorado e lecionou na Universidade de Princeton (2024-2025), foi pesquisador visitante Fulbright na Universidade de Harvard (2021-2022). Foi co-organizador dos livros “Arquitetura e Escrita: Relatos do Ofício” (2023) e “IABsp 80 Anos” (2025), co-curador das exposições “Paisagem e Poder: Construções do Brasil na Ditadura” (2024) e “IABsp 80 Anos Falando em Público” (2025).

### João Fiammenghi

Arquiteto formado pela FAU-USP, onde realiza doutorado na área de História e Fundamentos da Arquitetura (2021-2027, Bolsa Fapesp). Foi pesquisador visitante (Bepe-Fapesp) na University of Brighton Design Archives, Reino Unido. Em 2024 co-curou da exposição “Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura”. Sua pesquisa se concentra nos problemas da produção material a partir do ensino de design industrial e arquitetura nas décadas de 1960 e 1970.

### Magaly Pulhez

Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo, Instituto das Cidades, Campus Zona Leste. Pesquisadora associada do Centro de Estudos da Metrópole (CEPID/FAPESP). Arquiteta e urbanista, mestre e doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É cocuradora da exposição “Paisagem e Poder: construções do Brasil na Ditadura”.

### José Lira

Professor Titular da FAU-USP e Diretor do Museu de Arte Contemporânea da USP. Doutor e Livre Docente pela FAU-USP, com pós-doutorados na Universidade de Columbia e na École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris - Malaquais. Foi pesquisador e professor visitante na Universidade de Princeton. Dirigiu o Centro de Preservação Cultural (2010-2014) e o Centro Maria Antônia (2022-2024) da USP. Autor de “Warchavchik: fraturas da vanguarda” (2011), “O visível e o invisível na arquitetura brasileira” (2017) e co-organizador de “Memória, Trabalho e Arquitetura” (2014), “Gênero, Domesticidade e Cultura Material (2017, 2025) e “Arquitetura e escrita: Relatos do ofício” (2023), entre outros. Foi curador das exposições “Revistas Estudantis na USP” (2012/2013), “Warchavchik, arquitetura e metrópole” (2013), e co-curador de “Ruína e Demolição” (2012), “Paisagem e poder: construções do Brasil na ditadura” (2024) e “Debaixo desse céu: nebulosas da cidade” (2025).



Por ocasião da efeméride de 60 anos do golpe empresarial-militar no Brasil, o Centro MariAntonia da Universidade de São Paulo promoveu a exposição *Paisagem e Poder: Construções do Brasil na Ditadura*. A mostra buscou abordar as transformações da paisagem em distintos pontos do território brasileiro, entendendo a construção civil como parte essencial da produção e reprodução do regime, a partir de uma relação intrínseca entre empresariado e Estado, milagre econômico e repressão, grandes obras e propaganda. Tendo em vista os avanços durante a última década – bem como os limites – das políticas de memória, verdade e justiça no país, a exposição buscou apresentar uma camada a mais na reflexão sobre as formas como o passado recente da ditadura militar se faz presente no cotidiano da atualidade: o ambiente construído e não construído, as paisagens vividas diariamente, na cidade e no campo. Nesse sentido, o fato de essa proposta curatorial ter sido levada a cabo pelo Centro MariAntonia é relevante, uma vez que se trata de um dos importantes centros de memória da ditadura na capital paulista.

Desenvolvido pelo grupo de autores do presente texto, o trabalho de curadoria refletiu um encontro entre pesquisadores em diferentes momentos de suas trajetórias acadêmicas, com diferentes abordagens e trabalhos em andamento, mas com o fato em comum de terem, em algum momento de suas pesquisas, se debruçado sobre o período da ditadura com lentes estabelecidas a partir dos estudos urbanos e do campo da arquitetura e do urbanismo. Se o início dos trabalhos indicou um caminho possível voltado à atuação de profissionais de tal campo naquele período, este enfoque logo deu lugar a uma abordagem mais abrangente, voltando-se à leitura crítica da paisagem como um produto de relações socioeconômicas e da história política da ditadura militar, ao mesmo tempo em que a transformação do espaço se constituiu enquanto elemento fundamental do próprio fazer daquele regime.

Partindo de uma abordagem de abrangência nacional e ciente dos limites das referências de um grupo majoritariamente paulista, a curadoria buscou tratar de casos em todo o território do país como forma de evidenciar o caráter sistêmico das políticas de planificação e da expansão do setor da construção civil. Isso porque uma série de transformações vista na paisagem brasileira, seja no campo ou nas cidades, foi resultado de políticas induzidas de forma centralizada em escala federal, por meio das quais as práticas de planejamento passaram por uma institucionalização sem precedentes. Essas práticas baseavam-se em uma visão ampla de estratégias geopolíticas e de segurança nacional e estavam combinadas com ações de fomento a determinados setores produtivos e alas do empresariado que compunham a base de apoio do regime. Dessa forma, a exposição buscou apresentar um panorama amplo de casos que refletissem tais aspectos, essenciais para a caracterização da tecnoburocracia e do pacto autoritário modernizante que perdurou em grande parte dos 21 anos de ditadura.

O processo de curadoria, portanto, implicou uma expansão considerável dos horizontes de pesquisa previstos para uma exposição. A familiaridade do grupo com alguns materiais indicou os caminhos iniciais, e o escopo abrangente que aos poucos se abria demandou a sistematização de

novos esforços de busca, descoberta e seleção. O universo documental variou em suportes diversos que registraram o discurso oficial, as leituras críticas e o cotidiano das paisagens no seu processo de projeto, construção e uso, com suas múltiplas representações e meios de circulação. Tais suportes se diversificaram em impressos diários, periódicos especializados ou de grande circulação, mapas, planos e projetos, documentos oficiais, fotografias, material audiovisual de propaganda e de oposição, livros, cadernos técnicos, selos e postais, entre outros. Assim, a mostra mobilizou materiais disponíveis em arquivos públicos, institucionais e privados, beneficiando-se amplamente da disponibilização digital de coleções de instituições como Arquivo Nacional (que conta com materiais variados publicizados graças aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade), Arquivos Públicos estaduais, Museu da Energia, IBGE, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, Acervo do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo, Cinemateca Brasileira, entre outros.

O protagonismo dos materiais de revistas semanais de variedades, como Manchete, Veja e Realidade, foi grande, considerando-se especialmente o papel de reiteração do discurso oficial que algumas delas levavam a cabo e o uso hábil que faziam do fotojornalismo, das imagens em cores e das frases de efeito. Em contraponto, a imprensa diária foi fonte documental substantiva ao registrar, por vezes, as contradições e violências operadas no dia-a-dia das intervenções. Somou-se a isso a relevância do material audiovisual exposto em projeções distribuídas pela exposição, com excertos de vídeos em montagem cíclica ou em sala de televisão com trechos mais longos de filmes com discurso crítico e didático sobre as contradições do período.

O panorama nacional delineado foi dividido em quatro eixos: território, segurança e integração; extrativismo, produção, ambiente; urbanização, planejamento, circulação; e moradia, especulação, espoliação. Esses quatro eixos foram seguidos por uma sala complementar, com foco na cidade de São Paulo, fechando a exposição em diálogo com a experiência direta do visitante com as intervenções do período que estão presentes em toda a metrópole, inclusive nas quadras lindeiras ao Centro MariAntonia. Seria possível, assim, reconhecer em sua própria vivência urbana as marcas das transformações violentas acarretadas pela política da ditadura. Essa mesma identificação foi relatada por visitantes diversos ao ver imagens de grandes obras em Florianópolis, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou Fortaleza, assim como a emergência climática atual que afeta a todos pôde ser associada à política de ocupação da Amazônia ou de extrativismo em várias regiões do país, evidenciadas em imagens estarrecedoras de propaganda que circularam no período.

Desde o momento de abertura, uma ampla programação de atividades foi organizada de forma a manter constante o diálogo com os materiais expostos: visitas guiadas, ciclo de cinema, curso livre e simpósio acadêmico abriram debates animados sobre o modelo de desenvolvimento levado a cabo no período e seus impactos socioambientais, as perspectivas das práticas de planejamento frente aos impasses atuais, as relações entre autoritarismo e modernização, entre outros temas.

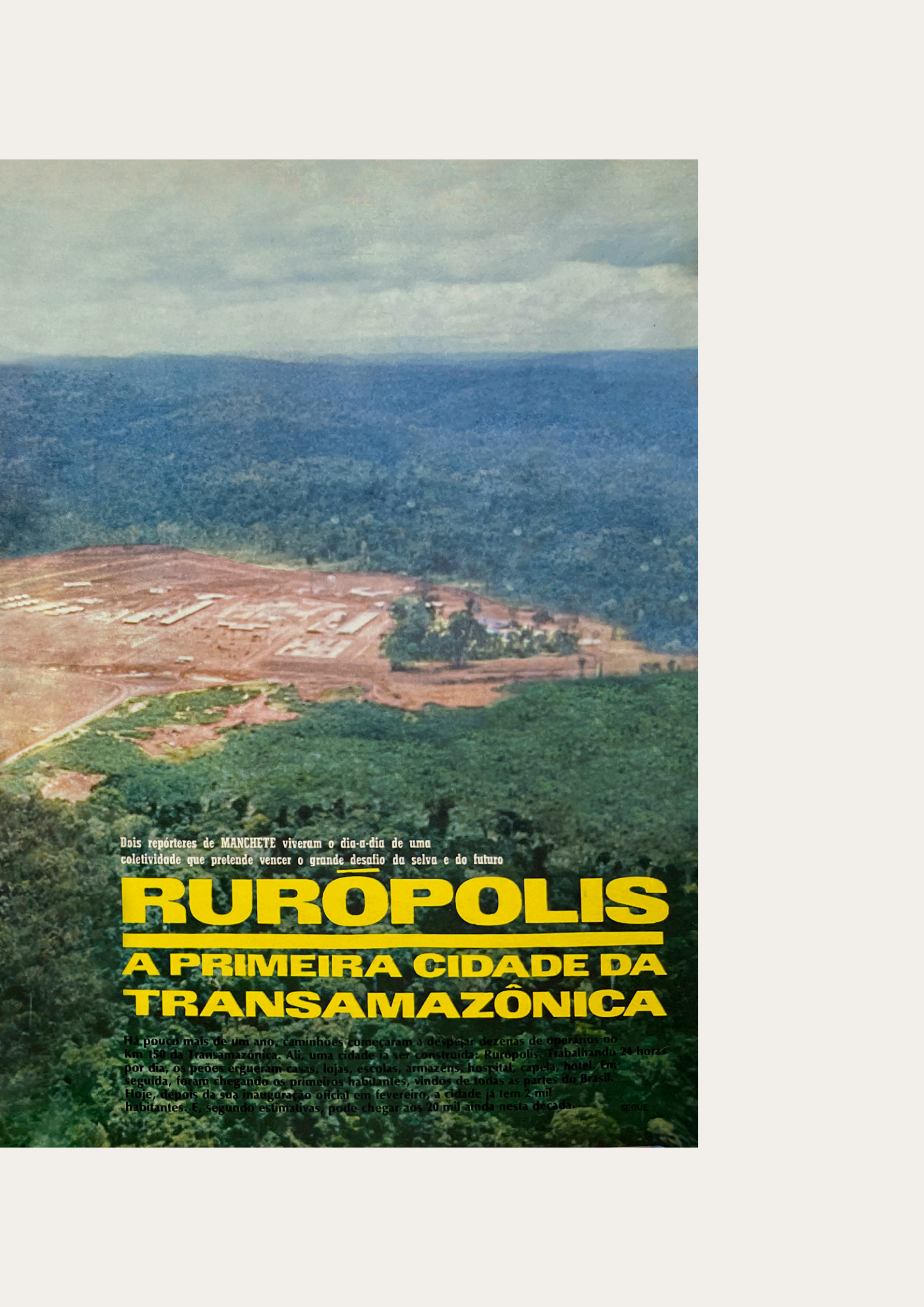
A mostra, portanto, teve sucesso naquilo que exposições de caráter histórico têm em seu horizonte: a difusão de conhecimento e de interpretações, a abertura de um tema para debate público, a disposição de expor documentos históricos em diálogo e a público, o compartilhamento de reflexões

## MUITAS JUSTAPOSIÇÕES

sobre temas prementes e que permeiam aspectos em comum da vida cotidiana e sobre os impasses políticos que envolvem a todos. Mais que isso, é de se destacar a potencialidade de uma exposição promovida pela universidade pública como forma de extensão, convidando o público a interagir com resultados da pesquisa acadêmica e a repensar elementos da paisagem que nos rodeia e da história e memória política com que lidamos ainda atualmente.



Reportagem de Celso Arnaldo Araújo

An aerial photograph showing a large, cleared area of reddish-brown earth in the middle of a vast, dense green forest. The cleared area contains several small buildings and structures, indicating the early stages of a settlement. The forest extends to the horizon under a cloudy sky.

Dois repórteres de MANCHETE viveram o dia-a-dia de uma coletividade que pretende vencer o grande desafio da selva e do futuro

# **RURÓPOLIS**

---

## **A PRIMEIRA CIDADE DA TRANSAMAZÔNICA**

Há pouco mais de um ano, caminhos começaram a despietar dezenas de operários no Km 150 da Transamazônica. Ali, uma cidade ia ser construída: Rurópolis. Trabalhando 24 horas por dia, os peões ergueram casas, lojas, escolas, armazéns, hospital, capela, hotel. Em seguida, foram chegando os primeiros habitantes, vindos de todas as partes do Brasil. Hoje, depois da sua inauguração oficial em fevereiro, a cidade já tem 2 mil habitantes. E, segundo estimativas, pode chegar aos 20 mil ainda nesta década.

SP&U









## COMO CITAR

DEDECA, Paula et al. Paisagem e Poder: Construções do Brasil na Ditadura. RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura, n. 12, p. 58-67, 2025.